

## **PROJETO DE LEI N.º 2.430, DE 2023**

(Da Sra. Dayany Bittencourt)

Institui o Registro Digital de Vacinação dos pets - RDV gerenciado pelos serviços de saúde médico-veterinários públicos e privados, voltado à segurança e proteção dos animais de estimação.

**DESPACHO:** 

APENSE-SE À(AO) PL-3103/2021.

**APRECIAÇÃO:** 

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL** Art. 137, caput - RICD

## PROJETO DE LEI N°\_\_\_\_\_, DE 2023 (Da Sra. Dayany Bittencourt)

Institui o Registro Digital de Vacinação dos pets - RDV gerenciado pelos serviços de saúde médicoveterinários públicos e privados, voltado à segurança e proteção dos animais de estimação.

## O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei institui o Registro Digital de Vacinação dos pets - RDV gerenciado pelos serviços de saúde médico-veterinários públicos e privados, voltado à segurança e proteção dos animais de estimação.

- **Art. 2º** O Registro Digital de Vacinação dos pets RDV tem como fundamentos:
  - I a dignidade animal;
  - II a identificação animal;
  - III a comprovação vacinal;
  - IV a simplificação da informação;
- V a concessão de dados epidemiológicos e de vigilância em saúde.
- **Art. 3º** O poder público veiculará, anualmente, nos meios de comunicação, campanha específica sobre o Registro Digital de Vacinações dos pets RDV, com os seguintes objetivos:
- I conscientizar o cidadão sobre os benefícios e as vantagens da vacinação animal;





- II implementar as medidas necessárias para facilitar ou possibilitar o acesso do cidadão a informação simplificada.
- **Art. 4º** O RDV será instrumento de integração para à formulação, à execução, ao monitoramento e à avaliação das políticas de saúde.
- **Art. 5º** O RDV será expedido pelos profissionais médicosveterinários em atividades públicas ou privadas, desde que estejam legalmente autorizados pela autoridade competente, conforme normas estabelecidas pelo regulamento.
- §1º O comprovante vacinal suficiente ao atendimento das exigências sanitárias para qualquer meio de transporte.
- §2º O RDV será fornecido gratuitamente com prazo de validade de 5 (cinco) anos.
- §3º O RDV não poderá ser retido, por nenhum motivo, por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado.
- **Art. 6º** Regulamento disporá sobre a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.
- Art. 7º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A Constituição Federal de 1988 que em seu art. 225 estabeleceu o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, instituindo-o como bem de uso comum do povo e essencial à sadia



qualidade de vida, e impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Para efetivar esse direito, o Projeto de Lei institui o Registro Digital de Vacinação dos pets - RDV com o objetivo de modernizar a atenção à saúde, o bem-estar animal e a integração dos estabelecimentos de saúde médico-veterinários, sejam eles públicos ou privados.

O RDV possibilitará aos cidadãos saber quais vacinas seus animais de estimação já tomaram, facilitando o acesso aos documentos necessários para transporte nacional e internacional, por meio terrestre, aéreo e fluvial.

Nesse sentido, para conscientizar o cidadão sobre os benefícios e as vantagens da vacinação animal, o PL estabelece que o poder público veicule, anualmente, nos meios de comunicação, campanhas específicas sobre o RDV.

Por todo o exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a necessária discussão e célere aprovação deste Projeto de Lei.

Gabinete Parlamentar, 08 de maio de 2023.

**Dep. Dayany Bittencourt** (União/CE)

